

ANCL PL

Negocia-se a reforma agrária

SAZETA MERCANTIL

* 4 MAI 1988

por Ivanir José Bortot
de Brasília

Os negociadores do "Centrão", dos partidos de esquerda e da liderança do PMDB tentaram durante todo o dia, ontem, com o apoio das lideranças rurais, um acordo sobre a reforma agrária. O êxito foi parcial. De um conjunto de sete pontos considerados polêmicos, apenas um não foi acertado: a desapropriação da propriedade produtiva. Este, no entanto, é o cerne das divergências entre os dois grupos. Hoje, pela manhã, serão retomadas as negociações em torno do acordo, e, dependendo do resultado desse esforço, o tema será votado à tarde.

A frente ampla da agropecuária brasileira, que inclui a União Democrática Ruralista (UDR), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), quer ver explicitamente no texto constitucional que terra produtiva não pode ser desapropriada. Os partidos de esquerda e a liderança do PMDB querem condicionar a desapropriação de área produtiva ao cumprimento da função social.

Quanto à definição da função social, houve acordo de que a propriedade deve preencher simultaneamente os seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado, utilização dos recursos naturais sem a degradação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

O "Centrão", que resistiu muito a aceitar essa definição — que consta do Estatuto da Terra, aprovado

em 1964 pelo regime militar —, rendeu-se diante de um argumento levantado pela própria esquerda: o maior produtor de soja do País, Olacyr de Moraes, cumpre rigorosamente a simultaneidade prevista na função social.

Esse acerto foi possível porque reflete o espírito reinante no "Centrão" e nas lideranças rurais que não desejam o confronto temendo a ocorrência do chamado "buraco negro".

Um exemplo disso foi a estratégia da UDR. Desde as primeiras horas da manhã, o líder da entidade, Ronaldo Caiado, manteve contatos com as lideranças do PDT, PMDB, PDS e PFL, enquanto filiados da entidade, com tarja verde e amarela na lapela, ocupavam cadeiras nas salas de reuniões, nos corredores e na galeria do Congresso.

Já os trabalhadores ligados à Contag foram mais discretos e o presidente da entidade, José Francisco da Silva, em uma rápida passagem pela sala de negociação, adiantou que, "se não for aprovado o texto original da Sistematização, nós vamos divulgar às bases eleitorais dos constituintes o resultado das votações".

(Ver página 6)